

Entrevista a Daniel Dayan

PEDRO VEIGA *

Daniel Dayan é um dos mais notáveis investigadores na área dos media, destacando-se no tratamento do terrorismo e dos media events na comunicação social. É o actual director do Centro Nacional de Investigação Científica, em Paris, e professor no Instituto Marcel Mauss e na Universidade de Genebra. Tem uma formação abrangente, que inclui diplomas em Antropologia, Literatura Comparada, Semiótica e Film Studies. É ainda doutorado em Estética. Esteve recentemente em Portugal, para apresentar o livro O Terror Espectáculo: Terrorismo e Televisão. Nesta entrevista, abordamos a forma como guerra e terrorismo são tratados pela comunicação social.

Onde se ganham as guerras? No campo de batalha ou no ecrã?

O conceito de vitória em contexto de guerra tem mudado ao longo dos tempos. Houve milhares de guerras sem que existissem ecrãs. Acredito que foram os *media* que criaram o terrorismo. O terrorismo ganhou expressão na Rússia do século XIX, relacionado com os anarquistas, o que corresponde ao momento a partir do qual a imprensa conseguiu dar alguma dimensão a acontecimentos mínimos. O terrorismo envolve sempre pouca violência e muitos efeitos. O que eu penso que aconteceu foi que, até então, a guerra tinha o seu próprio arranjo semiótico. A organização da guerra era feita de tal forma que uma das partes podia realmente vencê-la. Falando de guerra, existe no deserto do Calaári uma tradição belíssima: há grupos que lutam uns contra os outros e, quando morrem seis ou dez pessoas de qualquer um desses grupos, é declarado o fim da guerra e a vitória de uma das partes. Esta é uma forma muito ele-

* Jornalista, doutorando em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

gante de finalizar uma guerra, sem os custos (humanos e materiais) habituais. A guerra acontece, porque o ser humano necessita dessa dimensão polémica, mas essa guerra é reduzida ao mínimo.

Até determinado momento, as guerras seguiam a sua própria lógica. Essa lógica estabeleceu regras através das quais se venciam no campo de batalha, e regularmente essa vitória era enfatizada através de práticas como o armistício ou a rendição. Penso que a lógica que deu origem ao terrorismo é a mesma lógica que tem minado o pensamento emocional. Pode dizer-se que o espaço conquistado pelo terrorismo é espaço perdido pelas guerras tradicionais. Diria que o terrorismo é quase uma guerra baudrillardiana, uma guerra essencialmente baseada no simulacro de uma situação, o qual é amplificado a uma tal dimensão que se torna o equivalente a um banho de sangue de grandes proporções. Ao mesmo tempo, as guerras mantêm uma espécie de lógica referencial e, do meu ponto de vista – e isto é mais uma questão do que uma afirmação –, muitas das guerras vencidas no terreno são perdidas no momento em que são representadas. A mesma guerra pode ser ganha no terreno e perdida no ecrã. Para mim, o melhor exemplo é o de Gaza. Penso que o que aconteceu em Gaza foi uma vitória israelita, mas acredito que Israel, ao vencer, perdeu. Nesse sentido, foi uma catástrofe mediática, uma vitória enorme dos palestinianos. Penso que isto tem que ver com a transição para o mundo dos *media*, dos novos *media*, do equipamento portátil e das possibilidades criadas para a recolha de imagens, que, noutros tempos, seriam muito mais difíceis de obter.

É muito fácil esconder a floresta atrás da árvore. Se mostrarmos uma árvore e mostrarmos a floresta, as pessoas vão recordar-se da árvore. Foi uma guerra personalizada. Quando se ganha uma guerra, esta tem uma determinada dimensão e magnitude. Penso que este é um dos melhores exemplos. Noutros exemplos conhecidos, como as guerras no século XIX, a mesma consideração é feita por dois escritores famosos. Um deles é Stendhal, quando vemos que o seu herói, Fabrice del Dongo, está perdido no campo de batalha. Ele é como um *flaneur* de Baudelaire. Está no campo de batalha e não entende o que acontece à sua volta; é uma confusão, e tudo o que ele vê é confusão. Outro autor é Tolstói, em *Guerra e Paz*: a personagem Pierre Bezukhov também não consegue compreender o que o rodeia, devido à dimensão do fenómeno a que assiste; o tamanho desse fenómeno escapa-lhe.

O que é verdadeiramente interessante é o facto de o terrorismo diminuir em tamanho, de forma que, através dele, se consegue ter uma imagem muito precisa da guerra em pequena escala, uma imagem que pode ser compreendida, que é legível. Não posso fazer grandes afirmações sobre este tema mas, na

minha opinião, é importante perguntar se a mesma guerra poderia ser ganha no terreno. Ou seja, mataste mais pessoas que o outro lado, destruístes o seu arsenal militar, o seu parlamento e, ao mesmo tempo, ganhas a guerra numa nova frente que é a opinião pública mundial.

Acredita que, ao longo do tempo, o ecrã – e por ecrã refiro-me à opinião pública – será o único campo onde a guerra é feita? Chegaremos alguma vez a um ponto tal que a guerra será feita somente no ecrã? Recordo-me da Guerra do Vietname, muitas vezes referida como a guerra perdida na sala de estar. Chegaremos a uma situação em que só estará em causa a mensagem transmitida?

É uma boa questão para a qual tenho duas respostas. Primeiro, falemos do Vietname. O meu colega Daniel Hallin escreveu um artigo onde afirma que não é verdade que a guerra do Vietname tenha sido ganha (ou perdida) na sala de estar. O que as pessoas na sala de estar viram dependeu do que os jornalistas decidiram mostrar. E o que os jornalistas decidiram mostrar estava dependente daquilo que o comando militar permitia mostrar. Na prática, essa guerra não foi ganha (nem perdida) por causa da opinião pública, mas porque lhes foi permitido ver determinados aspectos da guerra baseados em decisões militares. Esta é uma tese que merece estar presente. Acredito, contudo, que algumas guerras são ganhas tendo em conta a opinião pública, e a questão que fica é se isso não transforma a guerra num debate de estúdio.

E não é já, de alguma forma, um debate de estúdio? Não lhe parece que cada vez mais vemos a estrutura militar a tentar adaptar-se às narrativas mediáticas, e não o contrário? Isto, num contexto de guerra entre estados...

Mais uma vez, existe uma enorme assimetria. Penso que pequenas unidades, como é o caso de grupos terroristas, não só se adaptaram a esse discurso mediático, como o prefiguram; antecipam-no. Por exemplo, existe uma ligação entre a prática do terrorismo e a ritmicidade da imprensa. Não se comete um acto de terrorismo numa qualquer altura indiscriminada. E também é bom ter um acto terrorista que siga a estrutura de uma série, para que a mesma acção possa ser repetida vezes sem conta. Nessa perspectiva, não é bom que se matem os reféns imediatamente, porque é um desperdício de publicidade. É melhor dizer: «Talvez os mate, talvez não, vamos esperar, temos de decidir. Se te ajoelhares, talvez nós libertemos um dos reféns; ou, então, se começares a chorar libertamos meio refém», etc. Por outro lado, os estados-nação são semelhantes às grandes empresas automóveis. Alguns não têm a capacidade

de mudar, outros não se conseguem adaptar e chocam contra o muro, por causa da sua autoconfiança e porque acreditam no seu poder. Por exemplo, na relação entre Israel e as insurreições palestinianas, na maior parte das vezes Israel lidou mal com a questão da comunicação devido a uma confiança excessiva no seu próprio poder. Continuam a perder guerra atrás de guerra ao mesmo tempo que mantêm a convicção absoluta de que as estão a vencer.

Num artigo recente que li sobre o conflito entre Israel e o Hezbollah em 2006, afirma-se que, de um ponto de vista comunicacional, Israel perdeu a guerra precisamente porque tentou abrir-se aos *media*, porque tentou ser transparente e, a partir de um determinado momento, não conseguiu controlar a quantidade e a profundidade das exigências informativas dos jornalistas. Por outro lado, o Hezbollah manteve uma política de comunicação fechada, negando o acesso a áreas por eles controladas ou dando um acesso muito limitado a locais, pessoas e informações. Na sua opinião, porque é que os jornalistas se permitiram trabalhar sob regras tão rígidas impostas pelo Hezbollah, ao contrário do que seria expectável se as mesmas limitações fossem impostas por outros?

Para mim, esse é um ponto essencial. Para se conceptualizar esta questão, recorro a Erving Goffman. Para mim, uma das suas noções-chave é a oposição entre fachada e bastidores. O que ele diz é que qualquer pessoa livre, qualquer pessoa autónoma, tem o direito a um espaço de fachada e a um espaço de bastidores. Mas algumas pessoas, como as que vivem em hospitais, ou os loucos, não têm direito a essa distinção. Tudo é fachada, não têm bastidores. Por exemplo, quando estás internado num hospital e estás nu na cama, qualquer enfermeiro ou enfermeira pode entrar e ver-te sem roupa. E se isso te envergonha, azar... Se estás no hospital, podes estar nu e toda a gente pode olhar para ti, quer isso te embarace ou não. Isto é o estigma. Penso que uma das características das sociedades democráticas abertas é que os jornalistas têm acesso a todos os seus aspectos. Por outro lado, uma das características das sociedades totalitárias é que não têm bastidores. Os estigmatizados não têm espaço de fachada, as sociedades totalitárias não têm espaço de bastidores. Ou vês aquilo que eles querem que tu vejas, ou simplesmente não vês nada. Aquilo que vou dizer deve ser confirmado, mas tenho ideia de que, na maior parte dos territórios palestinianos, os estrangeiros não estão autorizados a tirar fotografias ou a filmar. Os jornalistas estão autorizados a trabalhar lá, mas a produção audiovisual ou fotográfica tem de ser feita por palestinianos. Isto tem uma dimensão muito interessante no que diz respeito à visibilidade.

Aquilo que os jornalistas vêem é controlado – porque os jornalistas são levados para onde os palestinianos os querem –, e é ao mesmo tempo construído por um número de pessoas que, certamente, não são os observadores distanciados que aparentam ser e que, frequentemente, podem estar elas próprias sob pressão. Sempre que se vê uma imagem proveniente desses territórios, devemos estar conscientes do tipo de imagem que se trata.

Eu recebi formação em análise de imagens e fiquei muito interessado em duas perspectivas: a de Carlo Ginzburg, um historiador italiano, e a de Marc Ferro, um historiador francês. Ambos são historiadores «através de imagens» (pelo menos o segundo). Tendo formação em imagens, desenvolvi um interesse por indícios – nos quais as imagens representam algo, mas existem sempre vestígios de como foram feitas –, indícios que apontam para a natureza da situação. Se se fizer uma leitura dos indicadores das imagens, muitas vezes essa leitura conta-nos uma história que não é a que está a ser contada. Por exemplo, nos ataques a Gaza – não nos mais recentes, mas nuns anteriores, de há alguns anos – foi veiculada a ideia de que Israel estava a privar Gaza de electricidade. E depois vimos duas imagens. Uma delas era de uma reunião de locais numa sala iluminada por velas. Mas um indicador contava outra história: conseguia ver-se a luz do sol através das cortinas...

Era uma reunião ensaiada então...

Sim. Por que motivo seriam necessárias cortinas e velas se a reunião acontece quando há luz do dia? O segundo exemplo relacionado com este tema é o seguinte: supostamente, haveria crianças a morrer nos hospitais devido à falta de electricidade. Olhando para a imagem de que falo, tirada num hospital, pode ver-se um monitor cardíaco a funcionar. Como é que uma máquina deste tipo estava a funcionar quando se previa ser este tipo de aparelho que não estaria a funcionar? São pequenos pormenores, é certo, mas que levam a alguma reflexão.

Importa dizer que acredito que o sofrimento horrível dos palestinianos é real, mas admira-me ver que qualquer acção praticada pelos israelitas resulta na morte de crianças. Pergunto-me quantas crianças existem nos territórios palestinianos, para que haja uma criança morta a cada tiro. Passado algum tempo, comecei a ter a noção de que existe uma agência de comunicação que diz que as crianças são um ingrediente essencial. Se não tens uma criança, não estás habilitado para o trabalho, não faças imagens porque o que precisamos é de crianças. Outro indicador: quando se vêem demasiadas crianças reunidas e quando, por vezes, se repara que a mesma criança «morreu» duas vezes, por-

que a vemos como vítima mortal em diferentes imagens, momentos e locais. Aí, voltam as dúvidas. As pessoas desesperadas poderão usar instrumentos retóricos de forma legítima. Mais uma vez, a questão é saber como se podem construir imagens de uma situação e quando se pode confiar que essas imagens sejam representativas de uma dada situação.

Regressando à sua pergunta, toda a questão está relacionada com a oposição entre fachada e bastidores. A fachada de quem sofre é o sofrimento em si. Tenho de o mostrar o mais que puder. Penso que estamos num momento da história em que o sofrimento é uma das imagens dominantes. É através do sofrimento que se adquire legitimidade. Então surgem – e esta é outra questão – batalhas de sofrimento. Sofres mais do que eu? Eu sofro mais do que tu? Façamos o campeonato do sofrimento.

Considera que aquilo que descreve aconteceu na discussão posterior ao 11 de Setembro, quando um dos argumentos utilizados era o de que os civis mortos nos ataques às Torres Gémeas eram inferiores em número e importância às vítimas provocadas directa ou indirectamente pelos Estados Unidos da América e aliados no Médio Oriente?

Penso que isso foi evidenciado de forma explícita pelo realizador egípcio Youssef Shahin, que fez um filme sobre o assunto. Havia uma espécie de mesa de contabilização, a palavra-chave era sofrimento, sofrimento, sofrimento, e a conclusão era: «O campeão de hoje é...»

Durante a minha apresentação, fiz uma pergunta provocadora, que, no fundo, era uma pergunta verdadeira: por que motivo existe o negacionismo? Qual é o objectivo? Parece-me que o negacionismo está directamente relacionado com a contabilização do sofrimento, porque a *Shoah* é a maior e a pior coisa que alguma vez aconteceu. De certa forma, é muito embaraçoso ter um grupo que pode reclamar o campeonato do mundo do sofrimento. Por isso, se disseses que nunca existiu, mesmo que seja uma mentira, um mito, isso permite que os campeonatos do sofrimento continuem.

Durante a sua palestra, falou da noção de visibilidade, e acrescentou um ponto de vista particular à discussão: a noção de visibilidade conceptual. Referiu que se algo não tem um nome, os jornalistas e a opinião pública em geral não o verão. É isso que acontece quando se tem uma lista extensa de nomes para nos referirmos a um mesmo objecto? Por exemplo, quando as brigadas de Muqtada al-Sadr no Iraque são referidas na comunicação social como terroristas, insurgentes, mártires, rebeldes, resistência...

Deixe-me começar por dizer que a nomeação é o resultado, não o início do processo. Para que se possa nomear, é necessário uma narrativa que faça sentido das coisas, e existe uma série de narrativas históricas. A narrativa mais poderosa que temos até aos dias de hoje é o marxismo. O marxismo é a máquina mais oleada no acto de nomeação. Existem outras máquinas de nomeação, claro, mas duraram menos tempo ou são menos poderosas ou menos hegemónicas. Talvez seja importante recordar que hegemonia não significa dominação, mas a capacidade de seduzir o dominado a aceitar a sua linguagem. Noutros termos, o processo de nomeação será poderoso se for suportado por uma narrativa, ela mesma, poderosa. Se tens uma narrativa poderosa e clara, os nomes por ela utilizados passam a ser nomes de rua.

Por exemplo, havia um filósofo chamado Foucault, que escreveu uma série de textos bastante complicados a que ninguém deu atenção. Passado algum tempo, as pessoas perceberam que existia uma certa coerência e poder na sua linha de pensamento, de tal forma que alguns dos nomes que ele forjou se tornaram quase palavras de uso corrente. Quando se usam determinadas realidades, está a usar-se Foucault sem se saber. O mesmo acontece com a influência de Platão no pensamento ocidental. O que eu estou a dizer é que o processo de nomeação não se reduz ao acto de nomear. É que qualquer nomeação é uma citação. Nesta perspectiva, estou a criar algo semelhante a uma intertextualidade do poder, em que todo o acto de nomeação é uma citação e essa citação refere-se a um discurso, ao seu poder e clareza. Quando se tem uma situação com diferentes nomes, o que isso significa é que existe um vazio conceptual ou uma hesitação conceptual. Quando isso acontece, o que as pessoas estão a dizer é «Talvez me esteja a referir a este discurso, mas não verdadeiramente, talvez seja àquele». Pessoas diferentes vão usar discursos diferentes e a mesma pessoa, em momentos distintos, vai apoiar-se em discursos diferentes, o que quer dizer que se tem uma situação que está de tal forma em constante mudança que não existe a capacidade de lhe dar um nome. Esta espécie de multiplicação dos nomes significa que simplesmente não o podes fazer, não consegues nomear algo, e quem quer que o nomeie saberá que não estará a dar o nome certo. Isto leva a uma patologia interessante. Não é uma batalha de nomes, porque uma batalha é organizada. É uma cacofonia de nomes. Esta cacofonia de nomes é, em si própria, outro nome para aquilo que eu chamo de invisibilidade conceptual. Para dar outro exemplo, considero muito interessante que, perante esta cacofonia de nomes, alguns grupos tomem a decisão deliberada de usar apenas um nome. As mesmas pessoas até podem ficar tentadas a usar um leque variado de nomes, mas decidem usar apenas um. Por exemplo: descrever Israel como colonialista.

Não ouvimos nenhum alegado terrorista a intitular-se terrorista, é certo...
Chegou a acontecer na alvorada do terrorismo.

Referia-me ao discurso dos *media* deste século.

Penso que existe uma directiva, uma lei ou uma regra da União Europeia que diz que é proibido usar a palavra «terrorismo.» Devem usar-se expressões como «activista», «militante» ou como sendo «da resistência».

Isso quer dizer que quem esteja ligado à Greenpeace tem, de certa forma, um estatuto semelhante a um membro do Hezbollah, já que ambos são apelidados de «activistas»?

É sobre isso que escrevo no livro que apresentei. Mas deixe-me só terminar a minha linha de raciocínio relativamente ao processo de nomeação. Quando se tem um vazio conceptual, ele é invadido por uma multiplicidade de nomes, mas essa multiplicidade apenas traduz o vazio existente, e o fenómeno não é realmente assimilado.

No entanto, o facto de haver só um nome não quer dizer que esse nome esteja correcto. O facto de haver só um nome pode ser o resultado de uma política deliberada de linguagem. Nesta perspectiva, será interessante remeter para o trabalho de Victor Klemperer. Como é que uma significação única se forja sendo ao mesmo tempo única e incorrecta? Isso leva-me até Peirce. O que ele diz é que algumas formas de produzir interpretantes não são actividades cognitivas. São actividades autoritárias. Se a ciência funcionar, ela produz um interpretante para uma doença. Por exemplo, se eu tenho febre como sintoma, o interpretante será que tenho gripe. A gripe é uma construção que é um interpretante e um processo que é o de tentar entender. Mas existe outra forma de produzir interpretantes, tal como descreve Klemperer: não é uma questão de conhecimento ou compreensão, é uma questão de autoridade. Quando grupos de maior dimensão decidem usar determinadas palavras da mesma forma, esta transforma-se no seu significado. Só está em causa a dimensão do grupo.

Tomemos o Iraque como exemplo. O facto de haver «actos insurgentes» com regularidade contribui para uma perda de poder simbólico entre aqueles que são referidos como insurgentes? Podemos referir-nos ao terrorismo no Iraque da mesma forma e nos mesmos termos que o fazíamos há quatro ou cinco anos?

Penso que essa é uma questão muito importante. Acredito, de facto, que houve uma banalização. Não falamos de terrorismo da mesma forma que o fazíamos

há dois anos. De certa maneira, houve um tempo em que o terrorismo era algo novo e excitante. Era um modo novo de usar os *media*, um novo género mediático, uma nova forma de conduzir uma guerra. Tirava-nos o fôlego, e as pessoas ficavam genuinamente espantadas e chocadas. Com a multiplicação do terrorismo, dos actos terroristas, do modo *behemoth* de fazer a guerra, esse modo *behemoth* transformou-se na regra. As guerras verdadeiras e aqueles actos extraordinários à Robin Hood não existem mais. O terrorismo chegou a ser carismático. Era uma figura de carisma, o herói, o rebelde, o resistente até ao momento em que o terrorismo se transformou na institucionalização de uma nova forma de fazer guerra. Estamos imersos nela, e esta banalização tem uma série de efeitos muito interessantes. Talvez devesse contar uma história, que é o que eu sei fazer melhor... Estive em Israel a convite de um instituto, mas tinha algum tempo livre que acabou por permitir-me escrever *O Terror Espectáculo*. Estive a entrevistar pessoas sobre os aspectos do terrorismo que estão relacionados com o terror. Sempre acreditei que existia uma psicologização idiota do terrorismo, e um dos meus grandes argumentos é que o terrorismo não tem nada que ver com ter medo. Fui a Israel e perguntei às pessoas «Têm medo?», e as pessoas em Telavive diziam-me que não tinham medo porque não costuma haver muitos atentados naquela cidade, que a situação era mais complicada em Jerusalém. Então fui a Jerusalém e fiz a mesma pergunta, e as pessoas diziam-me: «Não temos medo, porque não existem assim tantos atentados terroristas e quando acontecem costumam ser nos mercados e eu tento evitar os mercados.» E eu ia aos mercados e fazia a mesma pergunta, e a resposta era: «Não, não temos medo, porque o meu apartamento é numa rua recuada e os ataques costumam acontecer no centro do mercado.» E eu falava com as pessoas que moravam nos apartamentos junto à zona onde há mais atentados e elas diziam-me: «Não temos medo, porque eu passo a maior parte do tempo na cozinha, que é afastada das janelas sobre o mercado.» O resultado disto é que ninguém tinha medo. Os atentados tornaram-se algo que faz parte da realidade do dia-a-dia. E eu penso que isso está a acontecer por todo o mundo. Essa é a razão por que as batalhas sobre o terrorismo têm diminuído, não sei se tem reparado. O que é interessante é que, fazendo uma retrospectiva, começamos a ter noção dos tons históricos utilizados no debate sobre o terrorismo, e que esses tons históricos não se enquadram na discussão do fenómeno. A banalização existe e penso que é lesiva para o terrorismo. Bourdieu diria que existe um campo do terrorismo onde estão vários concorrentes a dizer: «O meu terrorismo é melhor que o teu. Porque é que estás a usar o meu tempo de antena na televisão? Esse deveria ser o meu tempo de

antena, não o teu...» Quando existem atentados terroristas em dezassete países ao mesmo tempo, cada um deles terá cada vez menos atenção. No Iraque, se as explosões ocorrem a cada duas horas, dentro de pouco tempo vai começar uma espécie de reversão do processo que descrevi.

Se o terrorismo tem tudo a ver com a visibilidade da mensagem que se pretende transmitir, acredita que houve uma mudança de paradigma por causa do crescimento desse campo do terrorismo? De um ponto de vista mediático, os editores dos meios de comunicação social chegaram a um ponto em que têm de escolher qual o ataque terrorista a noticiar nesse dia, têm de escolher os melhores ataques terroristas do dia. Actualmente, ouvimos falar de carros-bomba nos mercados de Bagdade e já ninguém se pergunta realmente porquê. Limitamo-nos a contar os mortos...

Já não fazemos essa pergunta, porque sabemos que não existe uma resposta. Já não perguntamos, porque sabemos que vamos obter dezasseis respostas diferentes. Mais uma vez, é um problema de vazio conceptual, de invisibilidade conceptual. Existe um par de elementos que estão desaparecidos e que são substituídos por meras quantidades. No meu livro, eu falo da evolução do terrorismo no final do século XX, e eu digo que havia uma espécie de «declaridade» do terrorismo. Era uma questão de «ou me dás um microfone e uma câmara ou eu faço explodir um avião». Depois, temos um determinado tipo de terrorismo que funciona de forma diferente: primeiro fazem explodir o avião e depois enviam uma mensagem a dizer «fui eu». E depois existe um terceiro momento cuja estrutura é óbvia: rebenta-se com um avião, não se diz nada, e as pessoas compreendem na mesma. Quando isso acontecer, haverá um jornalista a escrever: «Foi esta pessoa que tinha um problema com aquela pessoa.» Ou seja, a legenda será fornecida por uma terceira parte. Este também é um momento de banalização e em que o terrorismo quase cumpre o paradigma da guerra. E fá-lo porque a guerra é uma narrativa cumulativa. Cada batalha refere-se à totalidade da narrativa. O terrorismo costumava distinguir-se e ser bastante distintivo, porque era um acto único. Mas quando estes actos únicos se inserem numa sequência, transformam-se numa guerra.

Pensa que a guerra tradicional está a perder algumas das suas referências simbólicas? Por exemplo, a guerra do Iraque de 2003 teve direito a uma semideclaração de guerra e uma semideclaração de vitória, mas houve mais mortos depois do «fim da guerra» do que «durante a guerra». Ou quando o Hezbollah declarou vitória em 2006 só porque não tinha per-

dido. Parecem existir caminhos diferentes, um de resistência e um de vitória. Isto alimentará a ideia de que existe uma gigantesca metanarrativa da guerra sem fim à vista, na qual toda a acção violenta é contextualizada?

Acredito que existem duas questões a discutir para compreender isto. A primeira é mediológica. Tem a ver com a passagem do texto escrito para o áudio-texto e para a imagem. Penso que a declaração de guerra e do seu fim se refere a um determinado momento nas comunicações mundiais em que estas eram feitas através das palavras impressas. Nesse sentido, a declaração de guerra era muito importante. Temos esta espécie de construção simbólica que se torna explícita através das palavras, de modo a ser lida, comentada e pensada.

Quando se passa para a filmagem contínua de uma série de situações, passam a surgir várias situações onde as pessoas fazem discursos até estes perderem a sua dimensão inaugural. O discurso não começa a guerra, porque a guerra começou muito antes; e não a termina, porque a filmagem irá continuar.

De alguma forma, as declarações de início e de fim de guerra foram substituídas pelo caudal e pela continuidade que caracterizam actualmente a produção de notícias. A declaração de guerra refere-se a um momento em que as notícias eram algo raro, menos frequente, em que havia situações sobre cuja veracidade recaíam dúvidas e que pediam um início e um fim oficiais.

Para compreender a segunda dimensão, tome-se como exemplo o caso da guerra entre Israel e o Hezbollah, em 2006. Os israelitas ou consideram que venceram ou deixam de dar atenção ao assunto, simplesmente pararam os ataques. Por outro lado, o Hezbollah fez várias declarações de vitória. A questão é, portanto, o que é que vencer significa? Neste caso, existem duas versões: numa, vencer significa calar os Katyushas que destroem vilas israelitas; na outra versão, vencer significa que se trata de uma maratona, em que foram capazes de sobreviver, de provar a sua resistência. Na prática, existem duas narrativas alternativas que tentam explicar a definição da situação.

Existe um vazio ou uma invisibilidade conceptual em torno do que deveria ser tomado como início e como fim de uma guerra? E o que significam ganhar e perder?

Sim, existe um vazio conceptual. Penso que existem três razões para isso. Se se lerem algumas declarações das Nações Unidas, vê-se que elas são escritas como se se estivessem a referir a uma guerra tradicional. E tudo aquilo que não tenha o formato tradicional da guerra não existe. Por exemplo, existe uma recomendação das Nações Unidas que diz que um país não se deve defen-

der de ataques, a não ser que esses ataques tenham o tamanho e a dimensão equivalente a um ataque feito pelo exército de uma qualquer nação. Se és atacado por apenas três mil pessoas e só são mortas duzentas e cinquenta, não te é permitida a legítima defesa. Para mim, isso é mais do que estúpido. Para mim, isso é loucura. E o que é a loucura? O melhor exemplo de loucura é D. Quixote. D. Quixote viveu num determinado século e pensava que vivia noutra. Penso que as decisões das Nações Unidas são uma demonstração de dom-quixotismo, que consiste em ver as guerras à frente do seu nariz, não as conceptualizar e dizer: «Como não consigo conceptualizá-las, usemos uma conceptualização que era boa no século XVIII.» É como a história do homem que perdeu a chave nas traseiras de casa e é encontrado pela mulher à procura das chaves debaixo de um candeeiro de rua, em frente da casa. A mulher pergunta-lhe por que razão está a procurar as chaves sob um candeeiro de rua, quando as perdeu nas traseiras da casa... E ele responde: «Porque aqui há luz.» Penso que se passa algo do género.

A segunda razão é uma questão de enquadramento. Os mesmos acontecimentos podem ser contados de maneiras diferentes. Existe sempre uma forma de contar um acontecimento em que tu és apresentado como herói ou vencedor. A maratona é uma maneira acertada de organizar a história narrativa. E é uma história narrativa poderosa. Foi uma ótima escolha (por parte do Hezbollah). Neste caso, houve uma certa vitória da semiótica autoritária.

A terceira dimensão, que, na prática, é uma extensão da anterior, está relacionada com a questão de que quem perde, ganha. Se se pensar em qual é o discurso dominante hoje, esse é o discurso da vitimização e, nesse sentido, a abordagem da maratona permite-te ser ao mesmo tempo a vítima e o vencedor. A demonstração de força última é a tua resistência a seres vitimizado. É uma narrativa poderosa e muito bem escolhida. É uma opção bastante inteligente.

E como ultrapassamos esse vazio conceptual?

O que sugiro é algo simples: parar de praticar a política da avestruz. A política da avestruz consiste em dizer que guerras são guerras e tudo o resto não existe. Podemos citar uma série de opiniões que te dizem que o terrorismo não existe. O que existe são militantes, activistas, resistentes, guerreiros da liberdade, guerrilhas; penso que a lista de substitutos poderia estender-se por todo o dicionário.

Numa série de artigos de intelectuais ocidentais, existem vinte e cinco palavras para não definir terrorismo. Pior: para bloquear a possibilidade de ele ser definido. Como ousas definir algo que não existe?

Mas... são as pessoas que são preguiçosas e não querem ver o que está à sua frente ou, pelo contrário, vêem-no, mas tentam evitar pensá-lo?

Não creio que toda a gente pense da mesma forma. Penso que há alguns intelectuais que te dizem que não deves pensar. Por exemplo, eu cito no meu livro um jornalista da *Newsweek* que disse: «Se apelidas a Alcaida de terrorista, então terás de apelidar a Grã-Bretanha e os Estados Unidos de terroristas.» O que eu disse é que este tipo de afirmação é chantagem. Várias pessoas me dizem que devo falar do terrorismo de Estado, porque esse provoca muitas mais vítimas. E a minha resposta é que um pedófilo não é a mesma coisa que um assassino em série; não há nenhuma razão para que os assassinos em série sejam chamados pedófilos. São dois crimes diferentes, e os crimes das nações podem ser – e muitas vezes são-no – muito piores do que os do terrorismo. A questão não passa por apelidar as nações de anjos puros. O problema é somente conceptualizar aquilo que o terrorismo é e o que não é. Muitas vezes, parte dos intelectuais de topo tenta deliberadamente criar confusão.

Pela expressão «guerra contra o terrorismo» percebemos que os conceitos de guerra e de terrorismo muitas vezes se confundem. Nesta perspectiva, considera que o terrorismo serve de base a acontecimentos mediáticos perfeitos, dado que, cada vez mais, os atentados terroristas são preparados tendo a sua reprodução mediática em mente?

No meu último livro publicado nos Estados Unidos da América, *Owning the Olympics*, acerca dos Jogos Olímpicos de Pequim, o último capítulo está relacionado com a redefinição dos acontecimentos mediáticos, onde tento mostrar que existe uma série de eventos mediáticos que são conflituosos. Recuando aos acontecimentos mediáticos que eu e o Elihu Katz descrevemos no livro que publicámos no início da década de 90, esse livro mostra um momento muito particular da História: a queda do Muro de Berlim, a queda de uma série de regimes totalitários... Vivíamos um momento de esperança; fomos testemunhas desses acontecimentos. No meu último livro, tento olhar para os novos acontecimentos mediáticos. Uma segunda questão é que o terrorismo está a interferir com a guerra tradicional, ou melhor, já interferiu. O trabalho já está feito.

É possível voltar atrás?

Isso aconteceu na guerra do Iraque. O terrorismo está a substituir a guerra tradicional e está em processo de banalização, e, tendo em conta que o terrorismo é feito de pequenas acções – por oposição às guerras tradicionais, que

são feitas de acções em larga escala – e que os atentados terroristas têm acontecido por toda a parte, não se consegue dar conta de todos eles. O êxito do terrorismo criou as condições para a sua morte. As noções de guerra e terrorismo são uma forma muito bonita de terminar esta entrevista. A guerra contra o terrorismo é uma guerra cheia de construções poéticas, porque significa literalmente que George W. Bush queria atacar o terrorismo. Mas o que isso implica, para nós que estamos a ter esta conversa, é que existem dois modelos: o da guerra e o do terrorismo. Guerra e terrorismo são como rádio e televisão. A maneira tradicional de organizar as hostilidades quer eliminar o novo concorrente. Penso que é uma noção muito bela, porque, de alguma forma, mostra-se o velho rei, o rei velho e assustador – a guerra – com medo do novo rei ameaçador – o terrorismo. Tudo tem que ver com o manter o *statu quo* da violência. É evidente que não só o Behemoth desafia o Leviatã, mas ambos têm diferentes *modus operandi*, e o Leviatã quer lutar contra o Behemoth, mas nos seus termos. Lutar contra o terrorismo com terrorismo levanta um problema de nobreza, por isso tenho de fazer guerra ao terrorismo. De certa forma, a melhor guerra contra o terrorismo é o seu próprio êxito, pelo que ele poderá eventualmente extinguir-se em consequência do seu êxito e da sua banalização.

(entrevista realizada na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa em Maio de 2009)